PROJECTOS



Junho de 2011

Aplicações, Sistemas de Informação e Portais

Regime de Inventário

Foram contratados e adjudicados serviços para implementação do novo Regime de Inventário.

Próximos passos: Aguarda publicação de legislação.

Cooperativa na Hora

Já foram contratados e adjudicados os serviços para efectuar os desenvolvimentos necessários para implementar o novo processo da Cooperativa na Hora.

Próximos passos: Aguarda publicação de legislação.

Taxa Zero

Já foram contratados e adjudicados os serviços para efectuar os desenvolvimentos necessários para implementar o novo processo associado à Taxa Zero.

Próximos passos: Entrada em Produção programada para o dia 1 de Novembro.

Informação Empresaria Simplificada (IES)

Já foram contratados e adjudicados os serviços para efectuar os desenvolvimentos necessários para implementar as alterações ao Processo

associado à Informação Empresarial Simplificada, decorrente da introdução do Sistema de Normalização Contabilística.

Plataforma Corporativa de Business intelligence

Já foram contratados e adjudicados os serviços para efectuar a arquitectura e a sua implementação da Plataforma corporativa de BI para o MJ.

A fase de arquitectura já foi concluída.

A fase de implementação, irá termina até final do mês de Julho.

Plataforma Corporativa de E-Learning

Foi disponibilizada uma plataforma Corporativa E-Learning, que está disponível para as várias Organizações e serviços do Ministério da Justiça, estando em produção (http://e-learning.mj.pt)

Portal do MJ

Foi disponibilizado o novo Portal do Ministério da Justiça. Este Portal assenta sobre a Plataforma Corporativa de disponibilização de Sites Internet e intranet. (http://www.mj.gov.pt)

Portal do ITIJ

Foi disponibilizado o novo Portal do ITIJ. Este Portal assenta sobre a Plataforma Corporativa de disponibilização de Sites Internet e intranet. (http://www.itij.mj.pt)

Intranet do ITIJ

Foi disponibilizado a nova intranet do ITIJ. Este Portal assenta sobre a Plataforma Corporativa de disponibilização de Sites Internet e intranet. (http://intranet2010.itij.mj.pt)

Portal de Estatísticas Empresarias do IRN

Foi disponibilizado um novo Portal de divulgação de dados estatísticos da área da empresa, em que é disponibilizada informação estatística proveniente do Registo Comercial, Ficheiro Central de Pessoas Colectivas e da Informação Empresarial Simplificada. Este Portal assenta sobre a Plataforma Corporativa de disponibilização de Sites Internet e intranet. (http://www.estatisticasempresariais.mj.pt)

Renovação Tecnológica dos Sistemas da Área da Empresa e do Registo Civil

Estamos em fase de testes da nova plataforma tecnológica que irá suportar o Registo Comercial, Empresa na Hora, Associação na Hora, Sucursal na Hora, Empresa Online, Registos On-Line, Ficheiro Central de Pessoas Colectiva, Informação Empresarial Simplificada, Portal da Empresa e Registo Civil.

Todos estes sistemas estavam obsoletos em termos tecnológicos com evidentes impactos ao nível da sua performance e com limitações ao nível da integração entre sistemas, pelo que foram alvos de um processo de renovação tecnológica.

Próximos passos: A entrada em produção será na primeira quinzena de Setembro.

SIRAUTO – Sistema Informático Registo Automóvel

Foi adjudicado o procedimento para implementação do novo sistema Informático de Suporte ao Registo Automóvel.

Este novo sistema deve ser a base para um sistema único e integrado para a área dos registos, para o qual devem ser posteriormente feitas evoluções do Registo Predial, Registo Comercial e Registo Civil, para que seja possível a adopção da Plataforma Única de Registo.

Informação Predial Simplificada

Foi disponibilizado no Predial On-Line e no Registo Predial um novo tipo de informação, a Informação Predial Simplificada.

Outros Projectos

Voz fax e Videoconferência

Serviços de comunicação de voz, fax e Videoconferência em local fixo, o NGSR está a proceder à migração dos organismos do MJ para a nova infra-estrutura.

Em Setembro de 2009 concluiu-se a infra-estrutura central permitindo desta forma uniformizar os serviços de comunicação de voz.

Também desde 2009 (com o projecto NUTS) que a solução de Fax sobre IP tem vindo a ser expandida aos Tribunais. É expectável que até ao final do ano de 2011 que a sua utilização seja expandida à globalidade do Ministério.

Ainda até ao final de 2011 deverá estar concluído o processo de migração dos sistemas de Videoconferência para IP.

Av. Casal Ribeiro, 16-16A e B
1049-068 Lisboa
Telf: 21 318 90 00
Fax: 21 3506023
E-mail: correio@itij.mj.pt
Web: http://www.itij.mj.pt
Helpdesk
Telf: 707 200 004
E-mail: helpdesk@itij.mj.pt

Rede Nacional de Comunicações da Justiça

Contrato assinado a 22 de Março de 2011, com início a 1 de Abril de 20011, duração de 24 meses, pelo valor global 4.602.202,03€.

Foi visado pelo Tribunal de Contas a 27 de Maio de 2011, e encontra-se em execução.

Projectos QREN aprovados

O projecto que tem como objectivo a construção da aplicação para os tribunais administrativos e fiscais com um valor elegível de de 850.129,27, a que corresponde um valor de incentivo FEDER de 413.725,56€.

Aumento da Qualidade dos Serviços Electrónicos da Justiça

O projecto tem como objectivos:

1. Reestruturação da Rede de Comunicações da Justiça;
2. Recapacitação dos postos de trabalho e Sistemas Centrais da Justiça;
3. Expansão da plataforma de monitorização de serviços.

As despesas elegíveis da operação assumem um valor de 8.786.716,38, a que corresponde um valor incentivo FEDER de 4.213.230,50

TRIBUNAL XXI

O presente contrato tem por objecto a concessão de um financiamento para aplicação no montante de investimento global de 19.845.781,79 €, a que corresponde um valor incentivo FEDER de 12.154.137,61.

Constituem objectivos do projecto:

Facilitar o acesso do cidadão e das empresas à justiça, facilitar a acção de todos os operadores judiciários, reduzir o tempo de resolução dos litígios, reduzir os tempos de espera e de atendimento, assegurar a interoperabilidade entre as várias aplicações em uso no Ministério da Justiça e completar a desmaterialização de actos e processos já iniciada.

Aumento da Eficiência Operacional da Justiça

O projecto tem como objectivo a actualização da plataforma tecnológica que suporta as aplicações do Ministério da Justiça, com um valor eligivel de 9.703.655,43, a que corresponde um valor de incentivo FEDER de 4.652.902,78€.

Aplicação de Gestão do Inquérito-Crime

A AGIC (Aplicação de Gestão de Inquérito Crime) tem como objectivo a gestão do ciclo de vida do processo-crime, sobretudo na sua fase de inquérito, onde a titularidade do Ministério Público assume principal relevância.

A AGIC é composta por quatro módulos: Gestão Documental, *Workflow*, Inquérito e Segurança/Auditoria que, de forma autónoma mas integrada, permitirão criar a base tecnológica necessária para a criação do processo-crime electrónico, com total desmaterialização de todos os actos processuais de suporte documental, vídeo e áudio.

Esta desmaterialização ocorrerá pelas várias formas previstas de ligação da AGIC às demais Entidades que, no âmbito do processo-crime, interagem com o

Ministério Público, nomeadamente os OPCs (Órgãos de Polícia Criminal), com a construção de *web services* de ligação ou com recurso ao Portal AGIC – AGIC *Reader*, sobretudo para as Entidades que não possuem sistemas internos.

Idênticos mecanismos garantirão também a superior intervenção do Juiz de Instrução Criminal, com ganhos efectivos na redução de tempo de circulação dos processos-crime.

Desta forma, haverá a garantia de que toda a informação processual tramitará de forma electrónica, com ganhos significativos, quer ao nível da produção e expedição tradicional, quer ao nível da maximização do tempo, estimando-se mesmo um aumento do tempo dedicado à investigação, actualmente consumido na transferência física dos processos-crime entre Entidades envolvidas. A este propósito sublinha-se a existência de um documento de cálculo do ROI (Retorno do Investimento), aprovado pelo ITIJ e pela equipa da PGR.

A gestão da informação processual sairá reforçada, disponibilizando a AGIC ao Ministério Público mecanismos de controlo, gestão e cruzamento de informação, documental e estruturada, essencial para a actividade dos Senhores Magistrados, bem como para os Oficiais de Justiça que os auxiliam, prevendo-se também a produção e expedição electrónica das inúmeras notificações, estimando-se neste ponto concreto a redução de 70% do tempo actualmente despendido neste processo.

Foi estabelecido com a Mailtec, em contrato suportado pelo IGFIJ, a realização dos serviços tendentes à notificação electrónica de intervenientes.

Os trabalhos tendentes à concepção, lançamento e implementação da AGIC tiveram início em Março de 2010 por proposta do ITIJ ao Gabinete do Exmo. Senhor Secretário de Estado da Justiça e Modernização Judiciária para início de procedimento de contratação de serviços da AGIC e aprovação do Caderno de Encargos.

A proposta da empresa adjudicatária foi adjudicada a 17 de Maio, o contrato celebrado a 2 de Junho, tendo o mesmo sido visado pelo Tribunal de Contas a 10 de Agosto.

Foram definidos oito meses para a execução do projecto, a Procuradoria-Geral da República criou para o efeito uma Equipa de Missão, composta por Magistrados do Ministério Público, provenientes de várias Unidades Orgânicas, nomeadamente da PGR, DCIAP, DIAP de Lisboa, Tribunais de Almada, Figueira da Foz e Portimão, tendo esta Equipa participado activamente em todos os trabalhos inseridos no âmbito da AGIC, validando e aprovando todas as fases de projecto, nomeadamente o Caderno de Encargos, a Proposta da empresa adjudicatária, bem com a análise e definição Funcional da Aplicação.

A Comissão de Acompanhamento do Projecto AGIC, criada para o efeito e composta pelos responsáveis máximos do Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República e do Instituto das Tecnologias da Informação na Justiça assume particular relevância na definição e tomada de decisão, sobretudo em matérias que vão para além das coordenações do ITIJ e da PGR,

nomeadamente definições organizacionais estratégicas, alterações legislativas entre outras.

O projecto AGIC encontra-se já numa fase muito avançada de concretização. Foi concluída a análise funcional, o ambiente de testes foi disponibilizado para a realização de testes pela Equipa da PGR. Deu-se início aos trabalhos preparatórios para migração do sistema SGI, do DIAP de Lisboa definida como a primeira Unidade do Ministério Público.

CITIUS PLUS

O resultado das auditorias realizadas em 2009/2010 (distribuídas, de forma o mais transparente possível, aos grupos parlamentares, Conselhos Superiores e Sindicatos da Justiça), demonstrou, de forma inequívoca, a necessidade da mudança, para robustecer e consolidar o sistema actual de desmaterialização da justiça cível em termos de segurança e evolução.

Face aos resultados apresentados nas auditorias e na incapacidade de evolução da plataforma actual, o ITIJ concluiu que a equipa de desenvolvimento não tinha capacidade para, no prazo definido pela lei 34/2009 (artigo 59.º), recentemente aprovada pela AR, levar a cabo a tarefa de reescrever o código-fonte para uma linguagem de programação tecnologicamente mais moderna (.NET), em virtude de a linguagem em que o sistema CITIUS foi desenvolvido (Visual Basic 6) estar descontinuada desde 8 de Abril de 2008.

Era, assim, humanamente impossível, apesar do brilhante desempenho da equipa até ao momento, aprender em tempo útil uma nova linguagem de programação (.NET), manter e dar suporte ao actual sistema, prestar o apoio a 12.000 utilizadores e, simultaneamente, reescrever 350.000 linhas de código.

Buscou-se então no mercado uma empresa portuguesa que, em conjunto com a equipa de desenvolvimento, alavancasse o projecto de migração da plataforma tecnológica e o reforço da componente de segurança. O contrato com a Critical Software obteve visto do Tribunal de Contas, em 22 de Junho de 2010, acolhendo critérios de confidencialidade e de segurança.

A Critical Software é das raras empresas portuguesas que utiliza as melhores práticas de qualidade no desenvolvimento aplicacional (ISO9001 e CMMI5) e detém, ainda, a certificação AQAP2110 (NATO), que a qualifica para o desenvolvimento de sistemas para o sector da defesa e para a reescrita do código-fonte em aplicações de elevada criticidade.

Estão em curso três objectivos: a conversão da base tecnológica, o incremento dos níveis de segurança e capacitação da equipa de desenvolvimento com metodologias e ferramentas alinhadas com as melhores práticas no desenvolvimento de software, no sentido de dotar o Ministério da Justiça, através do ITIJ, com efectiva competência para o desenvolvimento aplicacional, nos termos da referida Lei 34/200.

A aplicação encontra-se actualmente em fase de testes, no tribunal de Comarca e do Trabalho da Figueira da Foz e no Tribunal da Relação de Coimbra, estando previsto para o dia 21 de Junho a aceitação do piloto e dos testes. O projecto decorreu com um pequeno atraso de duas semanas face ao inicialmente previsto, mas o MJ dispõe actualmente de uma aplicação robusta, totalmente em .NET e corrigida dos problemas de segurança apontados na auditoria.

Entramos agora na preparação do roll-out e respectiva disseminação, devendo a mesma ser efectuada com especial cuidado e tendo em atenção a particular sensibilidade dos tribunais para tal mudança.

SITAF 2.0

Dando cumprimento aos compromissos assumidos pelo Estado português com o BCE, a Comissão Europeia e o FMI, o Ministério da Justiça determinou que se conferisse celeridade ao projecto de informatização dos Tribunais Administrativos e Fiscais (SITAF), e que nesse projecto se estabelecesse como prioridade o sistema integrado de informação entre a administração fiscal e os tribunais fiscais (Despacho 8184/2011, de 2 de Junho, o Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária).

O projecto que tem como objectivo a construção da aplicação para os tribunais administrativos e fiscais com um valor elegível de de 850.129,27, a que corresponde um valor de incentivo FEDER de 413.725,56€.

Foi elaborado o Caderno de Encargos e programa de concurso para lançar o procedimento com vista à contratação de serviços informáticos para a implementação do SITAF 2.0.

Junta-se, em anexo, respectivas propostas

Av. Casal Ribeiro, 16-16A e B
1049-068 Lisboa
Telf: 21 318 90 00
Fax: 21 3506023
E-mail: correio@itij.mj.pt
Web: http://www.itij.mj.pt
Helpdesk
Telf: 707 200 004
E-mail: helpdesk@itij.mj.pt